



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 31/2026

Período: 29/08/2026 a 04/09/2026

GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ

- 1- Generais condenados por tentativa de golpe cumprem pena em unidades militares sob regras definidas pelo Supremo Tribunal Federal
- 2- Queda nas candidaturas de militares e policiais ocorre após onda bolsonarista, mas números seguem acima de 2014
- 3- Militarização do governo Bolsonaro é apontada como fator de risco à democracia
- 4- Exército deverá destruir sete armas de Bolsonaro por ordem do Supremo Tribunal Federal
- 5- Coluna opinativa discutiu o orçamento do Ministério da Defesa

1- Generais condenados por tentativa de golpe cumprem pena em unidades militares sob regras definidas pelo Supremo Tribunal Federal

De acordo com reportagem do periódico *Folha de S. Paulo*, generais da reserva condenados em 2025 pelo Superior Tribunal Federal (STF) por tentativa de golpe de Estado e outros crimes cumprem penas de 19 a 26 anos em unidades militares, enquanto aguardam julgamento no Superior Tribunal Militar sobre sua expulsão definitiva das Forças Armadas. Walter Braga Netto, Paulo Sérgio de Oliveira e Almir Garnier permanecem presos em instalações improvisadas, com rotinas distintas. Paulo Sérgio realiza fisioterapia, atividades físicas, acompanhamento psicológico, trabalha na catalogação e análise de livros da biblioteca do Exército e cursa administração hospitalar a distância, além de ter autorização para fazer o Enem. Garnier recebe atendimento médico e odontológico, lê e resenha livros religiosos e realiza atividades de revisão gramatical e tradução. Braga Netto, por outro lado, passou boa parte do primeiro semestre sem trabalhar, estudar ou ler, além de realizar pouca atividade física. Os militares também receberam visitas de políticos e ex-integrantes do governo de Jair Bolsonaro, incluindo o senador Rogério Marinho, coordenador da pré-campanha de Flávio Bolsonaro, que visitou Garnier após autorização judicial. Segundo o Exército, as condições de custódia são definidas e fiscalizadas conforme as orientações do STF, observando parâmetros de segurança, salubridade e dignidade humana. O senador Hamilton Mourão afirmou que os generais demonstram revolta com as condenações e defendeu a possibilidade de revisão das decisões ou aprovação de uma anistia. Sem anistia, os militares poderão progredir para o regime semiaberto a partir de 2031. (Folha de S. Paulo - Política - 30/08/26)

2- Queda nas candidaturas de militares e policiais ocorre após onda bolsonarista, mas números seguem acima de 2014

De acordo com reportagem publicada no periódico *Folha de S. Paulo*, o número de candidatos que declararam à Justiça Eleitoral vínculo com as Forças Armadas ou forças de segurança caiu 36,4% em relação a 2022, passando de 1.924 para 1.224, o equivalente a 5,9% do total de candidaturas. Apesar da redução, o número permanece acima do registrado em 2014, antes da ascensão do bolsonarismo, quando 1.190 candidatos pertenciam ao segmento. Os policiais militares continuam predominando, com 577 candidatos, enquanto os integrantes das Forças Armadas somam 81, ante 58 em 2014 e 63 em 2022. A redução também aparece entre militares reformados, que passaram de 256 candidatos em 2022 para 95 neste ano. O Partido Liberal (PL) concentra o maior número de candidaturas do segmento, com 195 nomes. O jornal noticiou que o processo envolvendo militares condenados por tentativa de golpe e os impactos sobre a imagem das Forças Armadas levaram os atuais comandantes das três Forças a buscarem restringir candidaturas de militares da ativa. No Exército, o número de candidatos caiu de 107 em 2022 para 50 neste ano, sendo apenas cinco da ativa; na Marinha, os pedidos de licença para candidatura entre militares da ativa caíram de 16 para oito no mesmo período. A *Folha* ressaltou que, apesar dessas medidas, muitos militares continuam utilizando patentes em seus nomes de urna, mesmo diante da restrição prevista no Estatuto dos Militares, enquanto permanece paralisada no Congresso uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que prevê a transferência automática para a reserva de militares da ativa que se candidatarem. (*Folha de S. Paulo* - Política - 30/08/26)

3- Militarização do governo Bolsonaro é apontada como fator de risco à democracia

Pesquisa sobre as relações entre civis e militares no Brasil, publicada no periódico *Folha de S. Paulo*, apontou que o governo Jair Bolsonaro (2019-2022) promoveu a maior militarização do Executivo entre os períodos democráticos do país, chegando a 6.157 militares no governo e a 40% dos ministros oriundos da área militar. Segundo o cientista político Octavio Amorim Neto, a presença massiva de militares no governo funcionou como instrumento de sustentação política de Bolsonaro diante de sua vulnerabilidade e contribuiu para criar condições para a tentativa de golpe após a derrota eleitoral de 2022. O pesquisador destacou que a aproximação entre militares e política ganhou força com o enfraquecimento dos partidos a partir de 2013, revertendo o processo de desmilitarização iniciado durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que criou o Ministério da Defesa sob comando civil. Para Amorim Neto, embora a possibilidade de retorno de regimes militares ao poder seja reduzida, o uso das Forças Armadas como instrumento político pode contribuir para a degradação democrática. Entre as medidas propostas para fortalecer o controle civil estão a reorganização da hierarquia militar sob o Ministério da Defesa, o fortalecimento de analistas civis na pasta e reformas na educação das escolas militares, com ênfase na submissão das Forças Armadas à autoridade civil e na caracterização de 1964 como golpe militar. O pesquisador também alertou para a possibilidade de continuidade da aproximação entre bolsonarismo, Forças Armadas e forças de segurança, considerando-as não apenas como

instituições de Estado, mas também como bases eleitorais e fontes de quadros políticos. (Folha de S. Paulo - Ilustríssima - 30/08/26)

4- Exército deverá destruir sete armas de Bolsonaro por ordem do Supremo Tribunal Federal

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, foi determinado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, que as sete armas de Jair Bolsonaro fossem destruídas pelo Comando de Operações Especiais do Exército Brasileiro. A decisão considerou que esses armamentos foram utilizados ou destinados à atuação de uma associação criminosa armada e, dessa forma, podem ser confiscados como consequência da condenação. No entanto, a pistola apreendida em junho não será destruída por enquanto, visto que ainda está vinculada a uma investigação e permanecerá guardada até que sua situação seja definida. (Folha de S. Paulo - Política- 02/09/26)

5- Coluna opinativa discutiu o orçamento do Ministério da Defesa

Em coluna opinativa no periódico *Folha de S. Paulo*, Sebastian Watenberg, coordenador do Grupo de Trabalho de Segurança Pública e Defesa do Instituto Brasileiro de Política e Economia (IBPE), argumentou que o Brasil precisa de previsibilidade orçamentária a área da Defesa. Watenberg iniciou a coluna tecendo uma comparação, refletindo sobre o que candidatos à presidência pensam para tal orçamento no Brasil. O atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) defende novos investimentos voltados para a proteção de reservas de terras raras e minerais críticos (disputados pela China e Estados Unidos); já o candidato Flávio Bolsonaro (PL) argumenta que a forças armadas devem receber orçamento condizente com o papel do Brasil. O colunista também comparou com outros lugares do mundo, como nos Estados Unidos, que propôs aumentar o orçamento de defesa em 40% (um nível tão alto quanto na Segunda Guerra Mundial). Ao voltar para o contexto brasileiro, Watenberg ressaltou a importância da previsibilidade orçamentária para o país e criticou os recentes cortes de dotação (caindo de 143,5 bilhões em 2021 para 132 bilhões em 2025) e investimento (recuando de 10,3 bilhões em 2022 para 8 bilhões em 2026) no Ministério da Defesa. Por fim, ele ressaltou que um orçamento imprevisível desestimula uma vigilância maior nas fronteiras e na Amazônia, dando brecha para o crime organizado se fortalecer. (Folha de S. Paulo - Coluna Opinativa - 03/09/26)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes

jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Julia Helena Esmeraldo

Marcela Furlan de Cena

Equipe redação

Ashilley Arielle Pereira

Éryka Sammara Carnieletto Bento

Estevão Alves Sousa Assunção Aragão

Fernanda Gonzaga Fabrício

Giovanna Pereira dos Santos

Isabela Lopes Banfada da Silva

Isadora Helena Caleguer Figueiredo

Luisa Rajczuk Quege (Bolsista PIBEX)

Manuela Zelira de Menezes Torres

Maria Luiza Garcia Rabelo

Nicole da Silva Ribeiro

Nicole Souza Aguiar

Pedro Levi Negromonte de Lima

Vitória Cristina de Assunção Alves Bonfim